



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº05/2024**

Período: 02/03/2024 a 08/03/2024

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- Diário de ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional aponta para plano contra PF e o Judiciário
- 2- Crime cometido por militares contra civis segue sem punição e enfatiza sentimento de impunidade
- 3 - Barroso comentou sobre o papel de militares na política
- 4- Editorial avaliou a liberação de armas pelo Exército durante o governo de Jair Bolsonaro
- 5- Em depoimento, general Freire Gomes afirmou que Jair Bolsonaro tinha conhecimento sobre a minuta golpista
- 6- Relatório da PGR estuda participação de “kids pretos” em ato golpista e chama Jair Bolsonaro de “grande autor intelectual”
- 7- Ministério Público Federal recomenda que presidente Lula reinstale a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
- 8- Tribunal Federal Regional aceita recurso apresentado pelo MPF em relação à indenização de um ex-funcionário da Volkswagen preso na ditadura militar

### 1- Diário de ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional aponta para plano contra a Polícia Federal e o Judiciário

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, em operação realizada pela Polícia Federal (PF) foram encontradas páginas de um diário escrito pelo ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, que apontam um plano para abalar a atuação da PF e do Poder Judiciário. De acordo com o *Correio*, o conteúdo das anotações se assemelha ao texto encontrado no celular do tenente-coronel Mauro Cid, a respeito de uma justificativa jurídica para a intervenção do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). A respeito das alegações sobre o conteúdo do diário, Augusto Heleno não se manifestou. (*Correio Braziliense* - Política- 04/03/24)

### 2- Crime cometido por militares contra civis segue sem punição e enfatiza sentimento de impunidade

Em seu editorial, o periódico *Folha de S. Paulo* relembrou que segue sem punição o caso de 2019 em que militares atiraram 62 vezes contra um veículo, no Rio de Janeiro. De acordo com a *Folha*, no carro estavam o músico Evaldo Rosa dos Santos e sua família e após os disparos, Evaldo e Luciano Macedo, o

catador de material reciclável que tentou ajudar as vítimas, vieram a óbito. A *Folha* informou que o caso está no Superior Tribunal Militar e que ministros da Corte votaram a favor para que os réus fossem absolvidos pela morte de Evaldo e condenados por homicídio culposo em relação a Luciano, reduzindo assim a pena em até 28 anos. O periódico ainda afirmou que é inaceitável que um tribunal composto em sua maioria por militares julgue um caso de um crime cometido por militares contra civis. Por fim, pontuou que se a Justiça Militar continuar agindo em favor da impunidade de militares, irá perder credibilidade. (Folha de S. Paulo - Opinião - 04/03/24)

### 3- Barroso comentou sobre o papel de militares na política

Segundo reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, declarou que “as forças militares foram politizadas por uma má liderança e fizeram um papelão. Convidados para ajudar na segurança e para dar transparência, foram induzidos por uma má liderança a ficarem levantando suspeitas falsas em comissão no TSE (Supremo Tribunal Eleitoral) antes das eleições de 2022”. A declaração foi dada no dia 04/04/2024 em São Paulo, durante evento organizado pela Faculdade de Direito da PUC-SP e pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto. Além do mais, de acordo com a reportagem, Barroso comentou sobre a politização das Forças Armadas, afirmando que foi “uma das coisas mais dramáticas para a democracia”. O periódico *Correio Braziliense*, também publicou uma reportagem a respeito das falas de Barroso, afirmando que provocaram risos na plateia. (Correio Braziliense - Judiciário - 05/03/24; Folha S. Paulo - Política – 05/03/24)

### 4- Editorial avaliou a liberação de armas pelo Exército durante o governo de Jair Bolsonaro

De acordo com editorial publicado pelo periódico *O Estado de S. Paulo*, intitulado “Farra das armas”, o Exército brasileiro foi negligente na emissão de licenças para compra de armas por caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CACs). Para o periódico, as armas de grosso calibre foram liberadas legalmente para homicidas, traficantes e membros de organizações criminosas, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com o objetivo de armar a população por meio de concessão de licenças para CACs. Segundo relatório feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pistolas, fuzis e metralhadoras foram adquiridas de forma legal por criminosos condenados pela justiça. Ainda segundo o editorial, essa “frouxidão” do Exército não é novidade e tornou-se pública em julho de 2022, quando o próprio periódico informou que ocorriam fraudes e erros no processo de emissão dos certificados CAC. O periódico ainda afirmou que o Exército foi irresponsável, tornando-se incapaz de seguir fiscalizando a emissão dos certificados, e ainda complementou: “um serviço público como esse tem de ser prestado por quem quer que se mostre à altura de sua relevância social”, realizando uma crítica à competência do Exército brasileiro. (O Estado de S. Paulo - Opinião - 05/03/24)

5- Em depoimento, general Freire Gomes afirmou que Jair Bolsonaro tinha conhecimento sobre a minuta golpista

Segundo reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-comandante do Exército, o general Marco Antônio Freire Gomes, em depoimento para a Polícia Federal (PF), afirmou que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (2019-2022), o convocou para uma reunião em que discutiram propostas golpistas. O general declarou que Bolsonaro era o responsável pela manutenção dos acampamentos golpistas e “se eximiu da responsabilidade pela participação das Forças Armadas como fiscalizadoras das eleições, ação que colocou em dúvida a confiança das urnas eletrônicas.”. O periódico *O Estado de S. Paulo* também comentou sobre o depoimento do general, afirmando que houve pontos de colaboração com a delação do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e relembrando a questão dos acampamentos golpistas. Dias depois, segundo reportagem do mesmo jornal, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) acesso aos depoimentos dos ex-comandantes do Exército, general Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Carlos Baptista Júnior. Tais depoimentos integram as investigações no âmbito da Operação Tempus Veritatis, responsável por apurar a suposta tentativa de golpe de Estado no Brasil. (*Folha de S. Paulo - Política - 05/03/24*; *O Estado de S. Paulo - Política - 07/03/24*; *O Estado de S. Paulo - Política - 07/03/24*)

6- Relatório da PGR estuda participação de “kids pretos” em ato golpista e chama Jair Bolsonaro de “grande autor intelectual”

De acordo com uma reportagem da *Folha de S. Paulo*, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, recebeu, no dia 06/03/2024, as senadoras Eliziane Gama (PSD-MA) e Soraya Thronicke (Podemos-MS), além do deputado federal Rogério Correia (PT-MG). O intuito do grupo era se informar sobre os desdobramentos do documento compartilhado com o Ministério Público Federal no ano passado, momento no qual Elizeta Ramos comandava a Procuradoria Geral da República (PGR). Ao comentar sobre o referido documento, Gonet citou alguns fatos que estão auxiliando a apontar a responsabilidade da trama golpista, como por exemplo, a suspeita de participação dos “kids pretos”, membros das Forças Especiais do Exército, na situação. Além disso, o relatório atribuiu ao ex-presidente Jair Bolsonaro o título de “grande autor intelectual”, uma vez que ele seria o maior beneficiário de um golpe. (*Folha de S. Paulo - Política - 07/03/24*)

7- Ministério Público Federal recomenda que presidente Lula reinstale a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal (MPF) recomendou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reinstale a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos em até 60 dias. O colegiado, que teve sua origem em 1995, foi extinto durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e está sob a promessa de ser recriado. O intuito da Comissão é investigar os sumiços e mortes ocorridos durante a ditadura militar (1964-1985). Sendo assim, para o MPF, o trabalho precisa ser retomado para dar continuidade ao reconhecimento de vítimas e à busca por restos

mortais. Além disso, o MPF busca responsabilizar o Estado brasileiro pela falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis pela morte do jornalista Vladimir Herzog. Contudo, segundo coluna opinativa do jornalista e escritor Ruy Castro, no mesmo periódico, o presidente Lula afirmou que não se deve remoer esse fato, pois os generais da atualidade eram crianças durante a ditadura militar iniciada em 1964. Porém, para o colunista, tal afirmação não faz sentido, pois os militares de hoje em dia deveriam ter a responsabilidade de impedir que opiniões golpistas se espalhem ou ao menos deveriam contribuir para a verdade durante os depoimentos. Mas não é isso que ocorre quando figuras como os generais Augusto Heleno e Braga Netto, por exemplo, se acovardam e se calam em depoimentos. (Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs - 07/03/24; Folha de S. Paulo - Política - 07/03/24)

#### 8- Tribunal Federal Regional aceita recurso apresentado pelo MPF em relação à indenização de um ex-funcionário da Volkswagen preso na ditadura militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Tribunal Federal Regional (TRF-3) aceitou um recurso apresentado pelo Ministério Público Federal (MPF) a fim de restabelecer a decisão que condenava a União a pagar uma indenização, por danos morais, de R\$ 150 mil, para a viúva de Antonio Torini, funcionário da Volkswagen preso durante a ditadura militar (1964-1985). O mesmo foi detido em 1972 e ficou retido no Departamento de Ordem Pública e Social (Dops), de São Paulo, por 49 dias, sem poder se comunicar com ninguém. O ferramenteiro, por sua vez, integrava o Movimento pela Emancipação do Proletariado. Em 1974, Torini voltou a ser preso e seu nome esteve presente em uma espécie de lista que impossibilitava que o mesmo conseguisse emprego formal, fazendo com que sua família passasse por dificuldades financeiras. Dessa maneira, em primeira instância, a Justiça ordenou que a União corrigisse a indenização com juros e atualização monetária. Contudo, em 2021, a Sexta Turma da corte mudou a decisão e negou esse pagamento, já que Torini estava ciente dos riscos que configuravam se posicionar contra o regime. (Folha de S. Paulo - Política - 07/03/24)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe**

#### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Ana Julia Ferreira dos Santos

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Mariana Terezinha Passos

Yasmin Duarte Resende

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno